

TURISMO E ACESSIBILIDADE NA CIDADE DE SÃO PAULO: DA TEORIA À PRÁTICA¹

*Alexandre Panosso*²

*Giovanna Panno*³

Resumo: A pesquisa consiste em um estudo de caso com foco na acessibilidade para as pessoas com deficiência física em cinco dos principais pontos turísticos do centro da cidade de São Paulo: Catedral da Sé, Mercado Municipal, Museu de Arte Sacra, Pinacoteca e Teatro Municipal. Por meio de uma análise da infra-estrutura de acessibilidade para as pessoas com deficiência física usuárias de cadeira de rodas e deficientes visuais baseada nas normas de acessibilidade em edificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nas Leis vigentes em São Paulo e no Brasil e na Lei Geral do Turismo, verifica-se se os direitos desse público são realmente respeitados.

Palavras-chave: Portador de Deficiência Física e Visual. Acessibilidade. São Paulo.

Abstrac: This paper is a case with focus in accessibility for physical disabilities people in five important touristic attractives in downtown of São Paulo: Catedral da Sé, Mercado Municipal, Museu de Arte Sacra, Pinacoteca do Estado and Teatro Municipal. The research from analysis about infrastructure of accessibility for physical disabilities people who use wheelchair and visuals disabilities according the Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, laws current in São Paulo and Brasil, the General Law of Tourism and accessibility rules in buidings, we will check if public's rights are really obeyed.

Key-words: Physical and visuals disabilities, Accessibility, São Paulo.

¹ Projeto desenvolvido junto ao programa “Ensinar com Pesquisa” da Universidade de São Paulo.

² Professor do curso de graduação de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

³ Acadêmica do último ano do curso de graduação em Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

1. Introdução

A pesquisa consiste em um estudo de caso com foco na acessibilidade para as pessoas com deficiência visual e física (usuárias de cadeira de rodas) nos cinco principais pontos turísticos do centro da cidade de São Paulo, determinados pela localização (região que mais recebe turistas em São Paulo), além da importância individual de cada um. Os pontos turísticos selecionados foram Catedral da Sé, Mercado Municipal, Museu de Arte Sacra, Pinacoteca e Teatro Municipal.

Por meio da análise da infra-estrutura específica de acessibilidade para as pessoas com deficiência física, comparada com as normas da ABNT e com a legislação em São Paulo e no Brasil, foi verificado se os direitos desse público são respeitados ou ignorados. Além disso, foram destacados os principais problemas enfrentados diariamente por esse público ao se dirigirem a esses locais em busca de lazer ou vivência cotidiana.

Foram relacionados os principais projetos e órgãos públicos que são responsáveis em atender as necessidades das pessoas com deficiência física, procurando analisar se eles funcionam, de que forma e o que realizam.

2. Fundamentos teóricos

Observa-se que algumas estatísticas referentes às pessoas portadoras de deficiência física oscilam. Tal fato ocorre porque o conceito de deficiência pode variar dependendo do contexto em que é operacionalizado (ALMEIDA, 2009, p.464).

A palavra “deficiente” consiste em uma série de interpretações, normalmente utilizada para se referir às pessoas com alguma “anormalidade”, podendo ser do domínio cognitivo, motor ou afetivo. Cada pessoa por meio de seus valores interpreta a palavra de maneira diferente. No entanto, para o presente estudo, é importante definir o significado técnico da palavra. O termo “deficiente físico” abrange desde cegos até as diferentes formas de paralisia (CARMO, 1991).

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 14) utiliza a seguinte definição: “pessoa com deficiência é a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de algum tipo de atividade.”

Segundo Rosadas (1984, p. 27), existem a seguinte classificação para deficientes:

- deficientes da visão – pouca visão – cegos;
- deficientes da áudio-comunicação – pouca audição – surdos;
- deficientes mentais – dependentes – treináveis – educáveis;
- deficientes físicos – disfuncionados – epiléticos – paralíticos – cerebrais – medulares.

2.1 Deficiência Física e Visual

Deficiência física refere-se à disfunção do sistema locomotor que compreende os sistemas osteoarticular, muscular e nervoso. É a disfunção ou interrupção dos movimentos de um ou mais membros - superiores, inferiores ou ambos – e tem grau e gravidade variada.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 14), deficiência física é:

alteração completa ou parcial de alguns ou mais segmentos do corpo humano, acarretando comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções.

Para a deficiência visual o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 14) utiliza a seguinte definição:

acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua vez, utiliza a seguinte classificação para denominar deficiente visual:

- Incapaz de enxergar: quando a pessoa declara ser totalmente cega.
- Grande dificuldade permanente de enxergar: quando a pessoa declarou ter grande dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.
- Alguma dificuldade permanente de enxergar: quando a pessoa declarou ter alguma dificuldade de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes de contato.

Para o presente estudo foram selecionados como sujeitos os portadores de deficiência física que necessitam de cadeira de rodas e os deficientes visuais. Justifica-se esse recorte, pois o foco principal é a área do turismo e esses dois grupos abrangem um grande número de pessoas neste segmento, além de ser forma de limitar a análise da arquitetura nas edificações.

2.2 Acessibilidade

A norma NBR9050 da ABNT afirma que acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Por essa mesma norma, acessível é definido como “espaço, edificações, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.” O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

A norma ainda determina que:

todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vieram a ser projetados, construídos, montados e implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender ao disposto nesta norma para serem considerados acessíveis.

No entanto, devido à complexidade e detalhamento de cada item disposto nesta norma, percebe-se que para alcançar a qualidade de acessível o local necessita de investimento. Todavia, como esse público portador de deficiência ainda é pequeno (pois enfrenta todos os problemas e preconceitos na busca do lazer) a maioria dos locais dificilmente demonstra interesse em ser ou tornar-se acessível.

Tal norma se faz extremamente importante na defesa dos direitos do deficiente físico, porém existem certos itens que se não forem implantados não tiram do local o aspecto de acessível.

Considera-se, nesse estudo, acessível o local que permite o acesso da pessoa com deficiência física que necessite de cadeira de rodas e da pessoa com deficiência visual, sem que essas tenham dificuldades ou necessitem da ajuda de outra pessoa, a não ser que para sua deficiência em toda a sua rotina diária, seja sempre necessária uma pessoa para auxiliá-la.

3. Problemas Enfrentados

As pessoas portadoras de deficiência no Brasil enfrentam diariamente diversos problemas, dentre eles o estigma, a rotulação do deficiente físico como anormal, inválido, incapaz e que são mecanismos de linguagem que atuam como forma de violência simbólica (CARMO, 1991). A dificuldade de se locomover ou de enxergar muitas vezes não é o principal problema que o portador de deficiência física tem que enfrentar no seu dia-a-dia, o preconceito é uma das principais barreiras que essas pessoas são obrigadas a encarar diariamente.

Segundo Carmo (1991, p.12), a relação entre deficiência e incapacidade é explicada pelo seguinte:

Segundo consenso internacionalmente existente, quando, em consequência de algum mal, o ser humano é vítima de um certo impedimento de ordem física, por exemplo, temos a instalação de uma deficiência. Essa deficiência poderá levar ou não a uma incapacidade, ou seja, a uma situação de desvantagem, de inferioridade.

Em uma nova abordagem da questão referente a pessoas com deficiência física, na perspectiva de inclusão social, Sasaki (1997, p.3) explica:

como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

O principal problema é que grande parte das pessoas não consegue entender as diferenças, e desta forma não entendem suas necessidades. Imaginando que todos são iguais, capazes de subir escadas e de enxergar, esquecem-se de pensar na parcela da população incapaz de realizar as mesmas ações. Seguindo esse pensamento é construída uma cidade planejada para pessoas que andam e enxergam, como se existissem somente essas.

A acessibilidade para os portadores de deficiência física é lei no Brasil e deve existir em todos os lugares. Mas nem sempre o que faz um portador de deficiência se inibir e não querer sair de casa é a falta de acessibilidade, mas sim o preconceito, o medo de encarar as outras pessoas,

vergonha de todos ao seu redor ficarem olhando-o como um anormal (BURJATO, 2004).

O Brasil, segundo Carleto (s/d), está entre as últimas colocações no que se refere ao cumprimento das leis e das condições de acessibilidade. A resposta disso pode ser porque não existe aqui o capital igual de países mais desenvolvidos, como EUA e Japão, exemplos de acessibilidade.

No entanto, Carleto (s/d), explica que mesmo não tendo a renda suficiente para mudar as calçadas e adaptar as edificações, com o respeito e entendimento das pessoas é possível reverter essa situação e fazer com que as pessoas com deficiência física possam exercer sua cidadania.

Esse entendimento se inicia com a compreensão de que todas as pessoas são diferentes, que deficiência não é sinônimo de incapacidade e que em muitos casos a pessoa deficiente não nasceu com a deficiência, a adquiriu ao longo do tempo, e isso pode acontecer com qualquer um!

Deve-se lembrar que se trata também de um segmento de mercado, sendo que 10% da população possui algum tipo de deficiência. Porém, além desse público, não se pode esquecer que muitos deles dependem da ajuda de outros e em virtude disso as pessoas que cuidam desse público acabam também não tendo lazer.

Além das condições de acessibilidade para viajar, é importante que os atrativos também sejam acessíveis. Ninguém viaja para ficar dentro de um hotel, as pessoas querem sair conhecer o lugar, visitar os pontos turísticos, e os com deficiência não são diferentes, porém apresentam dificuldades, pois as cidades, em sua maioria não estão preparadas para atender as suas necessidades.

4. Legislação

A partir do Ano Internacional de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência (1981), foram criadas diversas leis e normas. Sendo as normas para assegurar as especificações e as leis para garantir o cumprimento das mesmas.

Em 2004 o Decreto Federal 5.296 define em seu artigo 8º, inciso IX “Desenho Universal” como concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõe a acessibilidade (RULLI,

2002).

No artigo 10º, do mesmo decreto está: a concepção e a implementação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos princípios do Desenho Universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT e a legislação específica. Percebe-se, então, que a acessibilidade é lei e deve ser cumprida.

A Lei Geral do Turismo (lei 11.771 de 17 de setembro de 2008) também se preocupou em parte com o deficiente físico e os defende em diversos artigos, sendo eles:

- Art. 45 - § 2º - Os meios de hospedagem deverão garantir às pessoas com deficiência, ou com mobilidade reduzida, a oferta de instalações hoteleiras com acessibilidade arquitetônica segura e confortável e recursos humanos capacitados para atender a esse segmento.
- Art. 52 – Inciso V - § 3º - As agências de viagens e turismo deverão instruir os guias turísticos a seu serviço com informações voltadas para o atendimento de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e sobre a acessibilidade de meios de transportes, hotéis, restaurantes e equipamentos culturais e desportivos.
- Art. 58 – Inciso I - Os tipos dos veículos terrestres e embarcações para turismo e as condições e padrões para sua classificação em categorias do conforto e serviços, inclusive quanto ao atendimento adequado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Art. 60 – Inciso IX. A sinalização, orientando o público, inclusive os portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, quanto a acessibilidade aos espaços e serviços disponíveis e as atividades desenvolvidas no evento; e Inciso X. outros serviços que atendam a necessidades específicas dos eventos.

O Artigo 65 define as penalidades em caso de descumprimento da lei, que podem ser de advertência por escrito, multa, suspensão e cancelamento do registro e até interdição. Já o Artigo 66 define os responsáveis pela aplicação das penalidades.

No município de São Paulo, especificamente, existem várias leis em vigor para garantir o direito desse público, entre as quais se destacam:

- Lei nº. 11.065 de 4 de setembro de 1991. Torna obrigatória a adaptação dos estádios

desportivos para facilitar o ingresso, locomoção e acomodação das pessoas com deficiência física, especialmente os paraplégicos.

- Lei nº. 11.248 de 1 de outubro de 1992. Dispõe sobre o atendimento preferencial de gestantes, mães com crianças de colo, idosos e deficientes em estabelecimentos, comerciais, de serviços ou similares.
- Lei nº. 11.345 de 14 de abril de 1993. Dispõe sobre o acesso de pessoas com deficiência física a cinemas, teatros e casas de espetáculos.
- Lei nº. 11.441, de 12 de novembro de 1993. Dispõe sobre a instalação ou adaptação de box com sanitários destinados aos usuários de cadeiras de rodas nas seguintes edificações: locais de reunião com mais de cem pessoas; qualquer outro uso com mais de sessenta pessoas.
- Lei nº 11.506, de 13 de abril de 1994. Dispõe sobre a criação de vagas especiais para estacionamentos de veículos dirigidos ou conduzindo pessoas com deficiência nas vias municipais.
- Lei nº. 12.363, de 13 de junho de 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de cardápios impressos em Braille, em bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis e similares no Município de São Paulo.
- Lei nº. 12.492, de 10 de outubro de 1997. Assegura o ingresso de cães-guia para pessoas com deficiência visual em locais de uso público ou privado.
- Lei nº. 12.815, de 6 de abril de 1999. Dispõe sobre o acesso das pessoas com deficiência física a cinemas, teatros, casas de espetáculos e estabelecimentos bancários.
- Lei nº. 12.975, de 22 de março de 2000. Dispõe sobre a concessão de meia-entrada a maiores de 65 anos e pessoas com deficiência nos espetáculos culturais, artísticos e esportivos promovidos ou subsidiados pelo governo municipal ou órgão da administração indireta.
- Lei nº. 13.036, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o atendimento preferencial de gestantes, mães com crianças de colo, idosos ou pessoas com deficiência em estabelecimentos comerciais, de serviços e similares e das outras providências.
- Lei nº. 13.714, de 07 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a implantação de dispositivos para a

instalação de equipamentos de telefonia destinados ao uso de pessoas com deficiência auditiva, da fala e surdas, em edificações que especifica.

A Prefeitura da cidade de São Paulo criou em 2005 a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, para gerir as políticas públicas e melhorar a qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência física. Esta secretaria está atualmente sob a coordenação da vereadora Mara Cabrilli, portadora de deficiência física, que está colocando cada vez mais a questão da acessibilidade em foco e lutando para esclarecer e defender os direitos dos portadores de deficiência física. A contribuição de Mara Cabrilli vai além da defesa dos direitos, uma vez ela sabe reconhecer as reais necessidades desse público.

5. Análise dos Pontos Turísticos

Cada ponto selecionado possui uma importância singular em termos de atrativos turísticos na cidade de São Paulo e também um grau diferente de acessibilidade para os portadores de deficiência física. Sobre cada ponto é feita uma apresentação geral e em seguida uma análise das condições de acessibilidade para o público sujeito da pesquisa.

5.1 Catedral da Sé⁴

A Catedral da Sé começou a ser construída em 1993 e foi terminada quatro décadas depois em virtude da grandiosidade da construção, somente granito fora utilizado em quase todas as paredes. Foi inaugurada em 1954 no IV Centenário da cidade de São Paulo, no entanto suas torres foram concluídas posteriormente. É um dos cinco maiores templos góticos do mundo. Possui 111 metros de comprimento, 46 metros de largura e 92 metros de altura. Sua cúpula tem 65 metros de altura e possui capacidade para oito mil pessoas. Construída com muito cuidado, fora utilizado em seu acabamento 800 toneladas de mármore raros.

Na catedral está um dos maiores órgãos em funcionamento na América Latina, com cinco teclados manuais, 329 comandos, 120 registros e 12 mil tubos, com bocas góticas e relevos feitos a mão. Em 1999 começou a ser restaurada, trabalho concluído em 2002. Atualmente oferece missas

⁴ Dados históricos coletados em www.arquidiocese-sp.org.br/catedral_da_se

diárias e uma programação com diversas atividades religiosas, além de visitas monitoradas.

É importante destacar que o Brasil existe o predomínio da religião católica, desta forma a catedral torna-se um ponto turístico muito procurado pelos praticantes dessa religião.

Quanto à acessibilidade, a entrada principal da Catedral da Sé é composta por uma escadaria. No entanto, das quatro entradas laterais, pelo menos duas são compostas por rampa. Na parte de trás da igreja há outra rampa, porém a entrada não é aberta ao público, pois dá acesso à parte restrita da igreja. Nenhuma das entradas possui piso tátil, no entanto, como foi verificado, nas duas rampas há corrimão.

Interessante a preocupação com os portadores de deficiência física. Encontra-se, logo na entrada principal, uma placa informando que a catedral possui rampa de acesso para portadores de deficiência física na entrada lateral. Porém, para o portador de deficiência física visualizar a placa, este deverá já ter entrado na igreja, ou seja, tal placa se torna inútil. Esta ainda solicita ao portador de deficiência que a utilize, como se um cadeirante ainda ficasse na dúvida entre subir uma escada de 15 degraus ou ir por uma rampa feita especialmente para ele.

Dentro da catedral os caminhos são acessíveis, com corredores largos, mas não existe em local algum piso tátil ou placa em Braille. Quanto ao banheiro este em todas as visitas *in loco* feitas, estava fechado, desta forma não foi possível analisá-lo.

5.2 Mercado Municipal⁵

Considerado o maior ponto *gourmet* de São Paulo, o Mercado Municipal está em um edifício de 12.600m² e recebe em média de 14 mil visitantes por dia. O local possui importância histórica para a cidade. Construído em 1932, foi usado inicialmente como paiol de armas na Revolução de 1932, sendo inaugurado oficialmente em janeiro de 1933. Ali podem ser encontrados nove açougues, seis avícolas, nove empórios, nove quitandas de frutas, nove peixarias, nove lanchonetes/restaurantes, nove mercearias/laticínios/*rotisserias* e nove outros tipos de comércio. O Mercado Municipal é famoso pelo enorme sanduíche de mortadela e o pastel de bacalhau que algumas lanchonetes oferecem. Também se encontra ali um pouco da arte brasileira, representada

⁵ Dados históricos coletados em www.mercadomunicipal.com.br

por meio dos vitrais que mostram cenas do campo, a lida com o gado e a colheita de café da época, criados pelo artista Conrado Sorgenicht.

O Mercado Municipal mostrou ser relativamente acessível para os portadores de necessidades especiais. Todas as entradas possuem rampa e piso tátil. No entanto, uma das entradas, que apesar de possuir rampa e piso tátil, mostrou-se bem degradada.

Nas duas entradas laterais está o estacionamento com vagas reservadas para os portadores de deficiência, sendo quatro vagas em cada lado e rampa de acesso do estacionamento para o mercado. Logo na entrada há sinalização tátil no chão, porém, esta sinalização está somente nas entradas laterais.

As placas de sinalização do local são essenciais para a pessoa com deficiência. Devido à dificuldade de locomoção, é importante que elas saibam realmente onde fica cada lugar. Desta forma o Mercado Municipal deixou a desejar nesse ponto, pois as placas que indicam os sanitários não informam se são os sanitários adaptados ou não.

Os banheiros do Mercado Municipal mostraram-se acessíveis, sendo ainda divididos entre homens e mulheres. Possuem todos os itens de acessibilidade, barra de segurança, pia e privada baixas e descarga baixa.

Mesmo não encontrando no Mercado Municipal todos os itens de acessibilidade, o mesmo recebeu da Prefeitura de São Paulo um Selo de Acessível. Nos restaurantes, por exemplo, existe um degrau para se chegar até as mesas ou mesmo ao balcão, o que pode tornar-se um empecilho para a melhor locomoção de um cadeirante.

5.3 Museu de Arte Sacra⁶

O Mosteiro da Luz foi o mais importante monumento da cidade de São Paulo do século XVIII. Foi fundado e construído em 1774 por frei Antônio de Sant'Anna Galvão. Em 1943 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Arquitetônico do Estado de São Paulo (Condephaat), no ano de

⁶ Dados históricos coletados em www.museuartesacra.sp.gov.br

1979 foi reconhecido como monumento de interesse e preservação nacional.

Na parte de cima do edifício ficam enclausuradas as Irmãs Concepcionistas, que se dedicam somente à oração e ao trabalho. O Museu de Arte Sacra de São Paulo, localizado no mosteiro, preserva e divulga um dos mais importantes acervos museológicos do patrimônio sacro brasileiro, pois conta com mais de 4 mil peças, sendo 800 provenientes de igrejas e capelas de todo o Brasil.

O Museu de Arte Sacra (MAS) possui a segunda maior coleção de lampadários, perdendo apenas para o Museu do Vaticano. O Mosteiro da Luz tornou-se mais conhecido pelas pílulas do Santo Frei Galvão que ali são distribuídas e que, segundo os devotos, são milagrosas.

Dentre os principais artistas que contribuem para o acervo do MAS estão: Frei Agostinho da Piedade (1580-1661), Frei Agostinho de Jesus (1600 ou 1610-1661), Manuel da Costa Athayde (1762-1830), Mestre Valentim e Padre Jesuíno do Monte Carmelo (1764-1819), Francisco de Lisboa o “Aleijadinho” (1730-1814), Benedito Calixto e Anita Mafalhti.

A coleção de Presépios do MAS, instalada no Mosteiro da Luz desde 1970, possui em seu acervo peças dos séculos XVIII, XIX e XX, uma mistura de obras de artistas consagrados como Fúlvio Pennachi e anônimos.

Sobre a questão da acessibilidade no local, não foi possível encontrar nenhuma vaga reservada para os portadores de deficiência no estacionamento. Quanto à entrada do prédio há uma pequena rampa e uma cadeira de rodas que fica a disposição dos visitantes.

Os corredores não são largos, mas permitem a passagem de um cadeirante. Em todos os pontos do museu há monitores, algo essencial que pode facilitar a locomoção aos que apresentarem dificuldades.

Existe também o presépio que fica em outro prédio próximo aos banheiros. São dois andares, mas que não possuem nenhuma facilidade de acesso. Na entrada do prédio há uma escadaria e para acessar o primeiro andar, outra. Não há banheiro reservado ao portador de deficiência e no que se refere à acessibilidade para deficientes visuais o local não apresentou nenhum item.

5.4 Pinacoteca⁷

A Pinacoteca é o museu de arte mais antigo da cidade de São Paulo e um dos mais importantes do país. Inaugurada em 24 de dezembro de 1905 com um acervo que consistia em 26 pinturas de importantes artistas, como Almeida Júnior, Pedro Alexandrino, Berthe Worms, Antonio Parreiras e Oscar Pereira da Silva.

O museu nasceu no antigo prédio que abrigava o Liceu e em seus primeiros anos ocupou somente uma sala no terceiro piso e só veio tornar-se autônoma em 1911. Nas primeiras décadas a Pinacoteca voltou-se à ampliação de seu acervo, com ênfase na arte brasileira do século XIX.

Em 1912 com o decreto que instituiu o Pensionato Artístico, diversas obras foram doadas de artistas como de Victor Brecheret, Alípio Dutra, Anita Malfatti, Túlio Mugnani, José Wasth Rodrigues, entre outros.

Obviamente não se pode esquecer das obras ligadas ao Modernismo que integraram o acervo a partir de meados da década de 1920, como as de Victor Brecheret, com a doação do gesso *La porteuse de parfum*, em 1927; de Anita Malfatti, legando ao museu Tropical e mais duas cópias da época em que participava do Pensionato Artístico, em março de 1929; de Lasar Segall, com a aquisição da obra *Bananal*, em 1928; de Tarsila do Amaral, com *São Paulo*, em 1929 e ainda o *Mestiço* de Cândido Portinari, em 1934.

No entanto, em 1967, com as reformas do prédio, ampliaram-se as atividades do museu e mudaram os critérios de escolha de obras, que passou a ser feito pelo Conselho de Orientação da Pinacoteca, criado em 1970. A partir disso a coleção de arte brasileira do século XIX passava a ser complementada aos poucos com obras de períodos anteriores.

Atualmente a Pinacoteca é um museu de referência internacional que recebe os mais diferentes públicos, com um programa de mostras temporárias sobre variadas questões de arte e da cultura, associado a mostras de longa duração com trabalhos de seu acervo. O bom funcionamento do museu conta com o apoio de mais de 50 técnicos e cerca de 100 funcionários.

Em 2005 foi celebrado o primeiro centenário da Pinacoteca do Estado. Nesses cem anos a

⁷ Dados históricos coletados em www.pinacoteca.sp.gov.br

Pinacoteca apresentou um acervo de mais de 6 mil obras, mostrando diferentes técnicas, de mais de sete mil artistas diferentes, teve ainda milhões de visitantes, sendo mais de um milhão somente nos três últimos anos.

A Pinacoteca possui importantes itens de acessibilidade, mas ainda não é o modelo ideal, uma vez que o cadeirante necessita da ajuda de outros para comprar seu ingresso, pois não existe rampa na entrada principal e este é obrigado a entrar por rampa no subsolo. O estacionamento, no entanto, possui vagas reservadas para os portadores de deficiência e é disponibilizada cadeira de rodas elétrica.

O local é bem espaçoso, permite que o cadeirante se locomova com facilidade. Como o prédio possui três andares, um dos itens de acessibilidade que não poderia faltar é o elevador. O banheiro também é acessível, privada baixa, barras de segurança nas laterais e na porta e pia baixa. O bebedouro baixo foi um dos itens que só foi encontrado na Pinacoteca. Apesar de não ser objeto de análise desta pesquisa, cita-se o telefone público adaptado para deficiente auditivos, localizado dentro da Pinacoteca.

Algo que foi notado é a preocupação dos administradores com a questão da acessibilidade. Nos demais pontos turísticos analisados foram vistos poucos itens de acessibilidade para o deficiente visual. No entanto, a Pinacoteca, além de disponibilizar algumas obras para que o deficiente visual possa tocar, também construiu uma maquete do prédio para que ele possa tatear e ter uma noção de como é o edifício, ainda com informações em Braille sobre o prédio.

5.5 Teatro Municipal⁸

Inaugurado em 1911, o teatro municipal foi construído pelo escritório do engenheiro e arquiteto Ramos de Azevedo e desenhado por Cláudio Rossi e Domiziano Rossi, com a fachada inspirada na Ópera de Paris, desenhada pelo arquiteto Charles Garnier.

Os ambientes interiores têm estilo eclético, mesclando elementos de barroco renascentista e de Art Nouveau. A escadaria principal é de mármore italiano Siena e Carrara e há duas tocheiras (às musas) de bronze. Há muitas obras como bustos, bronzes, mosaicos, vitrais e mármore. O Salão

⁸ Dados históricos coletados em www.portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/theatromunicipal

Nobre do teatro segue o estilo art-nouveau, conta com de folhas e fruto do café, rememorando a época de sua construção e no teto há uma obra de Oscar Pereira da Silva que mostra o nascimento da música, da dança e do teatro.

Na Semana de Arte Moderna de 1922 recebeu artistas como Mário de Andrade, que discursou nas escadarias, Villa-Lobos, Anita Malfatti e Tarsila do Amaral. Além desses, o Teatro Municipal já foi palco de grandes artistas, entre eles Caruso, Callas, Ruffo, Schipa, Bidu Saião, Olenewa, Nijinski, Toscanini, Alonso, Pavlowa, Rubinstein, Gigli, Guiomar Novaes, Duncan, Tagliaferro, Fonteyn.

O prédio do teatro foi tombado pelo CONDEPHAAT em 1981 e já passou por duas grandes reformas, a primeira em 1951 e a segunda que iniciou em 1986 e terminou em 1991.

O Teatro Municipal possui determinados itens de acessibilidade, porém alguns, considerados básicos, estão ausentes. Na entrada que dá acesso ao prédio, não há rampa, no entanto, foi implantado um elevador. A bilheteria não tem degraus, porém é muito alta, impossibilita o próprio cadeirante de comprar seu ingresso.

O elevador auxilia a locomoção do portador de deficiência aos demais andares. No entanto, podemos perceber que este não é adaptado, pois além de pequeno a porta também é bastante estreita. Seus botões são em Braille, porém não existe nenhum piso tátil que guie o deficiente visual ao elevador.

O prédio possui apenas um sanitário adaptado com barra de segurança, privada e pia baixas. Somente no térreo existe um espaço para cadeira de rodas, entrando no corredor principal, do lado direito e esquerdo. No entanto, não existe nenhuma sinalização.

Logo na parte de fora da sala de apresentação os corredores são bem espaçosos, no entanto, não há piso tátil, para guiar o deficiente visual. Além do corredor principal dentro da sala de apresentação, não existe outro espaço para o cadeirante se locomover.

A sala de fumantes é bem espaçosa e permite o acesso de cadeirantes. O salão onde antigamente aconteciam diversos eventos, também é acessível ao cadeirante. Na data da visita o restaurante estava em reforma, mas a lanchonete não apresentou nenhum item que gere dificuldade de locomoção ao cadeirante. Porém, não apresentou nenhum item de acessibilidade para o

deficiente visual.

O estacionamento é pequeno e possui uma vaga reservada aos deficientes, porém a pintura já esta desgastada e o símbolo de espaço reservado está quase apagado.

6. Considerações finais

Com base na análise individual de cada local citado acima, foi construída a Tabela 1 com o nome do local e os itens básicos de acessibilidade que todos deveriam oferecer e na qual são assinalados os itens existentes.

Tabela 1. Acessibilidade dos Pontos Turísticos Analisados

Local	Catedral da Sé	Mercado Municipal	Museu de Arte Sacra	Pinacoteca	Teatro Municipal
Placa em Braille na entrada	Não	Não	Não	Sim	Não
Corrimão ou piso tátil	Sim	Sim	Não	Não	Não
Bebedouros com altura apropriada	Não	Não	Não	Sim	Não
Bebedouro sinalizado	Não	Não	Não	Não	Não
Caminhos acessíveis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Banco com espaço para cadeirantes	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Banheiros acessíveis para cadeirantes	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Rampa de acesso a cadeirantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estacionamento para deficientes e rampa de acesso a calçada	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Telefones adaptados para cadeirantes	Não	Não	Não	Sim	Não
Sinalização em Braille	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: dados da pesquisa.

Percebe-se, portanto, que a pesquisa mostrou que a acessibilidade para as pessoas com deficiência ainda é um problema nos principais pontos de visitação do centro da cidade de São Paulo, o principal portão de entradas de turismo estrangeiros do Brasil. Os pontos turísticos analisados demonstraram uma tímida oferta de itens de acessibilidade, porém, nenhum segue

corretamente todas as normas determinadas pela ABNT, e como a mesma determina, um local é considerado acessível somente se estiver de acordo com tais normas. No entanto, o Mercado Municipal possui um selo de acessibilidade da Prefeitura de São Paulo, mas não é completamente acessível.

A norma da ABNT não deve ser desprezada, mas nela estão muitos detalhes que nenhum lugar visitado segue completamente nos mínimos detalhes. Sugere-se que deveria haver uma definição realmente de quais são os itens mais importantes na questão da acessibilidade, pois não se avança muito em benefícios ao querer impor a oferta de itens menores e detalhes insignificantes.

Nas visitas *in loco* não foi encontrado nenhuma pessoa com deficiência em visitas aos locais. Mas é impossível afirmar que estas não visitam estes lugares simplesmente pela falta de acessibilidade, pois a questão da deficiência é algo muito delicado e varia de pessoa para pessoa.

A verba e a burocracia para adaptação dos prédios ainda é o principal problema para adequação da acessibilidade nos lugares. No que diz respeito à legislação, percebe-se que atualmente a questão da acessibilidade e da defesa dos direitos dos portadores de deficiência toma cada vez mais importância. A legislação, com o passar dos anos, tem se adequado ainda mais para garantir esses direitos.

Com relação ao turismo verificou-se que a importância que é dada à acessibilidade como forma de melhoria da infra-estrutura dos locais e adaptação das edificações para atrair este segmento ainda é mínima, e em diversos locais ela se dá apenas para o cumprimento das leis.

Porém, espera-se que com a Lei Geral do Turismo surja uma nova realidade, na qual os portadores de deficiência física sejam vistos realmente como pessoas que têm direito a visitar os destinos e também como uma importante parcela de consumidores do setor de turismo.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. Comissão de Estudo de Adequação da Edificação e do Equipamento Urbano à Pessoa Deficiente. **Adequação das edificações e do equipamento urbano à pessoa deficiente**. 1º projeto de norma: 2:06.05-008 mar./2004 / Comissão de Estudo de Adequação da Edificação e do Equipamento Urbano à Pessoa Deficiente. Rio de

Janeiro: ABNT, 2004.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Turismo para pessoas com deficiência. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Orgs.). **Segmentação do mercado turístico: Estudos, produtos e perspectivas**. São Paulo: Manole, 2009, p. 463-486.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**. 2 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Lei 11.771**. 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo).

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e Acessibilidade: manual de orientações** / Ministério do Turismo, Coordenação – Geral de Segmentação – 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BURJATO, Ana Lúcia Pinto de Faria. **Parques acessíveis - um direito de cidadania**. Aplicação de procedimentos para avaliação do projeto implantado: o caso do Parque Villa Lobos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

CABRILLI, Mara – **Guia de Serviços**. São Paulo: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. (s/d).

CARLETO, Ana Claudia – **Manual de Convivência**. São Paulo: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida. (s/d).

CARMO, Apolonio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

ROSADAS, Sidney Carvalho. *Educação Física Especial*. Rio de Janeiro: O Livro Médico, 1984.

RULLI, Antonio. *Direitos dos portadores de necessidades especiais*. São Paulo: Fiúza, 2002.

SASSAKI, K. R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Sites

www.ibge.gov.br -Acessado em 20/08/2008

www.interlegis.gov.br/processo_legislativo/20020117134514 – Acessado em 20/08/2008

www.portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/theatromunicipal – Acessado em 18/08/2008

www.portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/organizacao –

Acessado em 08/01/2009

www.arquidiocese-sp.org.br/catedral_da_se – Acessado em 19/11/2008

www.legislacao.sp.gov.br/legislacao – Acessado em 12/08/2008

www.mercadomunicipal.com.br – Acessado em 15/09/2008

www.museuartesacra.sp.gov.br – Acessado em 10/10/2008

www.pinacoteca.sp.gov.br – Acessado em 23/10/2008

www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/social – Acessado em 03/10/2008